

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.432.477 - SP (2019/0013647-1)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : MUNICIPIO DE DIADEMA
AGRAVANTE : EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO DE DIADEMA -
ETCD
PROCURADOR : PEDRO TAVARES MALUF E OUTRO(S) - SP092451
AGRAVADO : RAIMUNDO NONATO DA SILVA - ESPÓLIO
REPR. POR : MARIA DOS REIS SILVA - INVENTARIANTE
ADVOGADO : LUCIANO HIDEKAZU MORI - SP149275

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/15). VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1.022, DO CPC/15. OMISSÃO. AUSENTE. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PLANILHA DE DÉBITO ATUALIZADA. POSSIBILIDADE. NÃO AFRONTA OUTRA DECISÃO. REVISÃO. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. PREQUESTIONAMENTO. AUSENTE. SÚMULA 282/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER O RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por MUNICIPIO DE DIADEMA E OUTRA em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado na alínea "a" do art. 105, III, da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

Acidente de trânsito. Ação de indenização, em fase de cumprimento de sentença. A apresentação periódica de planilha atualizada do débito, ainda que não tenha ocorrido nenhum pagamento, não afronta qualquer dispositivo legal ou determinação contida no v. acórdão que julgou o Agravo de Instrumento nº 2078356-87.2014.8.26.0000. Ademais, o expert será cientificado de que o exequente não tem condições de arcar com seus honorários, razão pela qual não se vislumbra a imposição de ônus financeiro adicional às partes. Recurso improvido. (e-STJ, fl. 125)

No recurso especial, os agravantes alegam violação aos artigos 509, caput, § 2º, 874, caput, inciso II, 370, parágrafo único, 1.022, 489, §1º, do

CPC/15, sustentando que não há fundamento para que o espólio agravado apresente cálculos sucessivos com a atualização do débito, sem que nenhum pagamento tenha sido feito.

Afirmam que essa conduta contraria o comando contido no v. acórdão que julgou o Agravo de Instrumento nº 2078356-87.2014.8.26.0000. Aduzem que somente a realização de um pagamento, seja ele parcial ou total, é que se justifica a apresentação de novos cálculos.

As contrarrazões não foram apresentadas.

É o relatório.

Passo a decidir.

A pretensão recursal não merece acolhida.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

De início, os agravantes apontam a tese de omissão sustentando que o Tribunal de origem não se manifestou sobre a legalidade do ato judicial que determina diligência de atualização do débito sem nenhum fato novo que justifique tal procedimento. Alegam, pois, malferimento do artigo 1.022, do CPC/15.

No tocante à alegada negativa de prestação jurisdicional, agiu corretamente o Tribunal de origem ao rejeitar os embargos declaratórios por inexistir omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, ficando patente, em verdade, o intuito infringente da irresignação, que objetivava a reforma do julgado por via inadequada.

A propósito:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. ACOLHIMENTO. CUSTAS PROCESSUAIS. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. RESPONSABILIDADE INTEGRAL DA PARTE VENCIDA.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como quando há erro material a ser sanado.

2. Verificada a sucumbência mínima, caberá à outra parte, por inteiro, responder pelas custas e honorários advocatícios.

3. Embargos de declaração parcialmente acolhidos.

(EDcl no AgRg no REsp 1448042/PR, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 15/10/2015, DJe 21/10/2015 - grifou-se)

RECURSO ESPECIAL - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - INOCORRÊNCIA (...)

1. Os embargos de declaração consubstanciam-se no instrumento processual destinado à eliminação, do julgado embargado, de contradição, obscuridade ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pelo Tribunal, não se prestando para promover a reapreciação do julgado. (...)"

(REsp 1.134.690/PR, Rel. Ministro Massami Uyeda, Terceira Turma, julgado em 15/02/2011)

No caso dos autos, o acórdão proferido pelo Tribunal de origem foi claro ao examinar toda a matéria de direito suscitada pelos agravantes, desse modo, embora rejeitados os embargos de declaração opostos, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão dos recorrentes.

Assim consignou o acórdão embargado:

A decisão embargada decidiu, de forma clara, as questões suscitadas pela parte em suas razões recursais, fundamentando suas conclusões. Esclareceu as peculiaridades do caso concreto que desautorizavam o reconhecimento de ocorrência de preclusão, pois a decisão agravada, - conquanto reiterar que os cálculos já haviam sido homologados, refere-se também à atualização realizada pela Contadoria, o que é especificamente impugnado pela credora. De outro lado, diante da impugnação da credora à planilha de atualização apresentada pelo órgão auxiliar, torna-se necessário que seu acolhimento, ou rejeição, venha pautado na certeza decorrente do laudo pericial o o o elaborado por profissional credenciado. (e-STJ, fl. 135)

Consoante a jurisprudência desta Corte, o órgão julgador não está obrigado a se manifestar sobre todas as teses apresentadas durante um processo

judicial, bastando que as decisões estejam devida e coerentemente fundamentadas, em obediência ao que determina o art. 93, inciso IX, da Constituição Federal.

Assim já se decidiu em diversos julgados, dentre os quais:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE POR ESTA CORTE. O ÓRGÃO JURISDICIONAL NÃO ESTÁ OBRIGADO A SE PRONUNCIAR SOBRE TODOS OS ARGUMENTOS SUSCITADOS PELAS PARTES SE IMPERTINENTES À SOLUÇÃO DA QUESTÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA. MÉRITO DO ESPECIAL. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PEÇA FACULTATIVA. IMPRESCINDIBILIDADE À SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA. FORMAÇÃO DEFICIENTE. AGRAVO IMPROVIDO.

(...)

II. O órgão julgador, como acentuado pelo entendimento pretoriano, não é obrigado a se pronunciar sobre todos os temas, mas apenas acerca daqueles relevantes e aptos à formação de sua convicção.

(...)

V. Agravo improvido.

(AgRg no Ag 1232500/SP, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, DJe 06/09/2010 - grifou-se)

No que se refere ao tema referente à violação artigos 874, caput, inciso II e 509, caput, § 2º, do CPC/15, verifica-se que este não foi apreciado pelo acórdão recorrido, não tendo sido suscitado nem mesmo nas razões dos aclaratórios, estando ausente o indispensável debate prévio.

Assim, inexistente o prequestionamento, obstaculizada está a via de acesso ao apelo excepcional, incidindo. O óbice da Súmula nº 282 do STF: *É inadmissível o recurso extraordinário quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.*

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BRASIL TELECOM. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 282/STF. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Ausente o prequestionamento, até mesmo de modo

implícito, de dispositivos apontados como violados no recurso especial, incide o disposto na Súmula nº 282/STF.

2. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 504.917/SC, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 14/4/2015, DJe 20/4/2015 - grifou-se)

Ressalta-se, por oportuno, que "*à configuração do prequestionamento viabilizador do acesso a esta Superior instância, é necessário que o Tribunal local se manifeste, emita juízo de valor, ainda que de forma implícita, sobre a matéria federal tratada no dispositivo infralegal dito violado, não bastando, apenas, a menção dos referidos preceitos legais na petição de recurso especial*". (AgRg no Ag 1259583/ PA, QUARTA TURMA, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, DJe 25/04/2014)

Cumprasseverar que para que reste configurado o prequestionamento da matéria é imprescindível que o Tribunal de origem tenha sobre ela emitido juízo, aplicando-a ou afastando-a na análise do caso concreto, não sendo necessário que o acórdão indique expressamente os dispositivos legais pertinentes.

Portanto, é pacífico o entendimento desta Corte quanto à desnecessidade de que o Tribunal, ao proferir sua decisão, aprecie expressamente todas as questões suscitadas pelas partes, bastando que no acórdão constem os fundamentos utilizados para se chegar à conclusão exteriorizada e esta apresente uma solução à questão jurídica que lhe foi submetida pelas partes.

Em outras palavras, cabe ao magistrado resolver a lide que lhe é posta, não estando submetido aos argumentos indicados pelo réu ou pelo autor, valendo o brocardo "*da mihi factum dabo tibi ius*", como fora feito nos presentes autos.

Ademais, com relação à impossibilidade de diligência de atualização do débito, assim se pronunciou o Colegiado *a quo*:

Diante da apresentação dos últimos cálculos e da

*impossibilidade de remessa dos autos à Contadoria, a d. magistrada de primeira instância nomeou perito para a conferência, determinando a sua intimação para dizer se aceita encargo, uma vez que a parte exequente é beneficiária da justiça gratuita. Insurge-se a agravante contra tal determinação. **Todavia, contrariamente ao alegado pela recorrente, a atualização periódica do débito exequendo não afronta qualquer dispositivo legal ou determinação contida no v. acórdão que julgou o Agravo de Instrumento nº 2078356-87.2014.8.26.0000.***

Além disso, o próprio teor da r. decisão combatida denota que não haverá a imposição de ônus financeiro adicional a qualquer das partes, uma vez que foi determinada a intimação do perito para dizer se aceita a nomeação, ante a impossibilidade do exequente de arcar com seus honorários. (e-STJ, fl. 126 - grifou-se)

O acórdão embargado também foi claro ao estabelecer que:

*A decisão embargada decidiu, de forma clara, as questões suscitadas pela parte em suas razões recursais, fundamentando suas conclusões. **Esclareceu as peculiaridades do caso concreto que desautorizavam o reconhecimento de ocorrência de preclusão, pois a decisão agravada, - conquanto reitere que os cálculos já haviam sido homologados, refere-se também à atualização realizada pela Contadoria, o que é especificamente impugnado pela credora. De outro lado, diante da impugnação da credora à planilha de atualização apresentada pelo órgão auxiliar, torna-se necessário que seu acolhimento, ou rejeição, venha pautado na certeza decorrente do laudo pericial elaborado por profissional credenciado.** (e-STJ, fl. 135 - grifou-se)*

Dessa maneira, o Tribunal de origem foi claro ao ponderar as questões fáticas suficientes para a reiteração dos cálculos do cumprimento de sentença. Assim, o reexame da questão, na linha das razões lançadas no recurso especial, demandaria a análise desses mesmos elementos fático-probatórios, procedimento sabidamente vedado perante a instância extraordinária, ante o óbice do enunciado 7 da Súmula deste Tribunal.

Advirta-se, por fim, que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo n.

3/STJ.

Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, não conhecer o recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO

Relator

